

A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA E AS ARMADILHAS DO CAPITALISMO NA ESPANTOSA CHINA CONTEMPORÂNEA

José Fogaça

Nos últimos 20 anos, a China expandiu expressivamente o seguro médico e previdenciário e, com isso, reduziu significativamente o estado de penúria endêmica em que viviam centenas de milhões de chineses.

O PCC, ao aderir à economia de mercado e ao direito de propriedade, multiplicou exponencialmente, em poucos anos, sua produção de alimentos, pondo fim à fome e à escassez vigentes há décadas no país.

A China do século 21 se esforça para ser um Estado de Bem-Estar, mas condiciona esse objetivo à necessidade de, antes de mais nada, aumentar a produtividade geral da economia, como vimos nas palavras do Secretário-Geral do Partido Comunista, fielmente retratadas em artigo que antecedeu a este.

Na China de Xi Jinping, os investimentos priorizam a infraestrutura pública, a educação técnica e o incentivo ao trabalho. As reformas visam criar um ambiente econômico que propicie o crescimento geral do país. A ideia é não apenas atender as urgências mínimas dos pobres com um assistencialismo redundante que, após anos e anos, continue mantendo a pobreza no estado em que sempre esteve. A ideia não é encontrar paliativos para a pobreza, a ideia é acabar com a pobreza.

Essa estratégia, assumida pelo Comitê Central do Partido Comunista, parte de um planejamento quinquenal centralizado, imposto a uma população que não conhece eleições diretas. O centralismo autoritário vigente na China, no fim das contas, permite que os custos individuais com saúde, educação superior e aposentadoria acabem recaindo, em grande parte, sobre o orçamento familiar.

Os valores de aposentadoria ou seguro-desemprego garantidos pelo Estado são ainda muito baixos, **há uma forte pressão sobre as famílias para um esforço de acumulação**, com base no objetivo de constituir, ao longo de sua existência, **um elevado cabedal de poupança privada**.

Esse poderoso mecanismo social de indução à poupança acabou sendo bem sucedido ao longo dos anos, gerando um lastro financeiro de 56 de trilhões em yuans

(equivalentes a 43 trilhões de reais) nos bancos estatais da China. É esse dinheiro que o governo chinês tem tomado emprestado para financiar a fantástica expansão da infraestrutura em transporte, energia e modernização urbana no país.

Esses 56 trilhões de yuans depositados nos bancos, ressalte-se, são propriedade de cidadãos chineses e suas famílias. Não é dinheiro de orçamento, não é dinheiro de parceria público-privada. É dinheiro de cidadãos comuns, poupado para cobrir um dia o baixo valor de suas aposentadorias. Se o Estado chinês toma esses recursos para investir em trens, estradas, praças e revitalização urbana, os governos provinciais um dia terão que devolvê-los. Com juros e correção monetária.

Mas...no regime político que vigora na República Popular da China muita coisa se pode fazer sem que a população esteja pontualmente informada.

Uma “engenhosa”, inusitada e quase obscura operação financeira foi montada pelos próceres do Comitê Central, utilizando os governos provinciais.

Veja como foi constituída.

Primeiro: o governo criou empresas estatais virtuais denominadas Veículo de Financiamento do Governo Local, os VFGLs. Esses VFGLs foram autorizadas a tomar empréstimos pesadíssimos junto aos bancos estatais. Assim, quem assume a dívida perante as instituições financeiras é, na verdade, uma empresa de fachada (e não o governo local), gerando aquilo que se poderia chamar de dívida oculta. É forçoso dizer: espertamente, o governo chinês criou uma instância operacional quase que totalmente fora do alcance de qualquer fiscalização ou transparência.

Segundo: os bancos, que pertencem ao Estado, passaram a utilizar, para atender a esses financiamentos, os volumosos depósitos advindos da poupança das famílias, depósitos esses que estavam parados em seus cofres. Ipso facto, um verdadeiro mar de dinheiro acabou inundando indiretamente o caixa dos projetos dos governos de inúmeras cidades e províncias. A juros baixos e prazos longos.

Terceiro: para executar as obras, o governo central da China criou as Empresas de Propriedade Estatal, as EPEs, que, por sua vez, seguiam religiosamente o que era estabelecido pelos planos quinquenais de Pequim: seja um trem-bala, que liga duas cidades ou duas províncias, seja uma gigantesca hidroelétrica que vai abastecer e desenvolver uma vasta região, seja uma moderna e ciclópica free way com três pistas de rolamento nos dois sentidos.

Quarto: terrenos públicos, que pertencem aos governos locais, são transferidas graciosamente para os VFGLs. Os VFGLs utilizam esses terrenos, que têm grande valor, em primeiro lugar, como garantia dada aos bancos para obtenção dos financiamentos e,

em segundo lugar, como negócio imobiliário: o leilão dos terrenos para incorporadoras imobiliárias sendo a receita com a qual os VFGLs pagam os empréstimos bancários.

Recentemente, no entanto, toda essa espetacular e complexa engenharia financeira começou a apresentar vulnerabilidade.

Os projetos faraônicos se espalharam por toda a China numa velocidade impressionante, mas a capacidade dos VFGLs de obter receita se mostrou lenta e problemática.

Recentemente, o plano sofreu drástica contenção. O governo nacional autorizou os governos locais a emitir títulos da dívida pública para apoiar os VFGLs na cobertura das dívidas com os bancos. Resumindo: a dívida oculta saiu da zona cinzenta onde se encontrava e ganhou a claridade do dia.

A China ainda é um parque imenso e prodigioso de obras monumentais, mas tem sido necessário um certo freio de arrumação no arcabouço financeiro que foi montado para chegar a isso.

O mundo pouco sabe dessa gigantesca e pedagógica experiência dos VFGLs vivida pelo governo autoritário da China. A imprensa internacional, por sua parte, infelizmente, não tem dado grande atenção a esses fatos, apesar de serem extremamente peculiares e elucidativos para decifrar o híbrido regime de Pequim.

O capitalismo, enfim, é complexo e difícil em seus meandros e labirintos.

Ao fim dessas reflexões, reitero pessoalmente toda a admiração que a espantosa China contemporânea, em seus vários aspectos, tem merecido.

Há, porém, uma verdade que fica (e que há de prevalecer para todo e qualquer governo, em qualquer tempo e lugar): os atos de governo expostos à luz do dia e a liberdade de informação ainda estão entre as melhores garantias que um país pode ter para proteger a poupança dos cidadãos, preservar o dinheiro público, assegurar a boa gestão e atender o legítimo interesse nacional.